

RAFAEL PEREIRA

Inclui análise dos principais pontos de alteração na lei de improbidade administrativa após a Lei nº 14.230/21, atualizados com a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

2023

**MANUAL DO
ACORDO DE NÃO
PERSECUÇÃO CIVIL**

2ª EDIÇÃO

**EDITORA
CEI**

SUMÁRIO

1. NOTAS À 2ª EDIÇÃO.....	9
2. DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA APÓS A LEI Nº 14.230/21.11	
2.1 Improbidade e Constituição.....	14
2.2 Sujeitos da Ação de Improbidade Administrativa	19
2.3 Do Elemento Anímico	30
2.4 Dos Atos de Improbidade.....	42
2.5 Do Procedimento Por Ato de Improbidade Administrativa.....	54
2.6 Das Sanções Por Ato de Improbidade	61
2.7 Do Agravo em Recurso Extraordinário (ARE) 843989.....	68
2.8 Das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adis) 7.042 e 7.043	71
3. O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL	74
3.1 Da Indisponibilidade do Interesse Público ao Acordo na Improbidade Administrativa.....	74
3.2 Do Acordo de Não Persecução Civil	91
3.2.1 Da Evolução Legal	92
3.2.2 Da Legitimidade Ativa	99
3.2.3 Natureza Jurídica.....	114
3.2.4 Conceito do Acordo de Não Persecução Civil.....	121
3.2.5 Requisitos Para Elaboração do ANPC	123
3.2.6 Quanto ao Momento para elaboração do ANPC	143
3.2.7 Das Obrigações Semelhantes às Sanções.....	150
a) Da multa.....	153
b) Da proibição de contratar e receber benefícios do Poder Público.....	155
c) Da renúncia ao cargo público.....	156
d) Da Renúncia ao concorrer a cargo político/suspensão dos poderes políticos	160

4. DA CASUÍSTICA ENVOLVENDO ANPC.....	168
4.1. Acordo de Não Persecução Civil na Justiça Eleitoral, em Especial o Afastamento das Inelegibilidades LC n º 64/10.....	168
4.2 Possibilidade de Renúncia de Valores Decorrentes do Dano ao Erário Para Fomentar o Consenso	179
4.3. (Im) Possibilidade de Desistência do ANPC Antes da Homologação Judicial.....	191
4.4 Possibilidade do ANPC parcial	195
 REFERÊNCIAS	 201